RESUMO EXECUTIVO DA ATA

4ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2019

Data: 25 de setembro de 2019
Horário: 9h00
Local: Sala de Reuniões do CONSEMA
Av. Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

SEGMENTO ESTADO

Laura Stela N. Perez	SIMA
Luiz Fernando Carneseca	DAEE – Secretário Executivo do CBH-
Seica Ono	DAEE
Raphael R. Ferreira	EMAE
Helio R. Figueiredo	SABESP
p/ Paulo Ugolini e R. J. M Junior	Secretaria da Saúde
Maria Emília B.	CETESB
Eloisa Helena M.	CETESB
Katia Bastos	Fundação Florestal
Júlio T. N.	Coord. Desenv. Rural Sustentável
Jefferson A. Smario	Casa Militar- Coord. Defesa Civil
Gerson Salviano	IPT
Augusto Olavo Leite	Secretaria de Logística e Transportes
Paulo Sérgio de A. Leme	Secretaria da Fazenda e

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Marcus V. de Almeida e Melo	Mogi das Cruzes – Presidente do
Pedro Luiz de C. Algodoal	São Paulo
Jumara M. Bocatto	Embu Guaçu
Marcelo Rodrigues da Motta	Itapecerica da Serra
Reginaldo P. Lima	Caieiras
p/ Bruna Cordeiro	Arujá
Adolfo J. de Almeida	Biritiba Mirim
Miguel Reis Afonso	Suzano

Elaine A. Estevam	Santana de Parnaíba
Giovane B. Pereira de Oliveira	Barueri
Daniel Teixeira de Lima	Mogi das Cruzes
Solange Wuo F. Ribeiro	Salesópolis
Murilo A. Valle	Santo André
Fabio B. S. de Lima	São Bernardo do Campo

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Amauri Pollachi	APU-SABESP–Vice-Presidente do CBH-AT
Luciana R. F. Costa	UFABC
Brisa Maria F.	SENAC – Centro Universitário
Tiago Dama	UNIFESP
José Roberto Terassi	ACISE
Juliana Geseira	Sindicato Rural Mogi das Cruzes
Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP – Alto Tietê
Ricardo Saad	CIESP São Paulo
Jorge Luiz Aguiar	SINTAEMA
José C. Sousa Lima	AEARP
Marcelo Sampaio	SINDPEDRAS
Miriam D.	ECOAR
Mary de Castro	SIADES

INTEGRANTES CONVIDADOS

Leandro Henrique F. Leme	Ministério Público do Estado de São Paulo

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Sergio L. Damiati	Secretaria da Educação
Laura Gonçalves	CIESP - OESTE
Lilian S.	SINDUSCON
Mônica Therezinha	CDHU
Luis Sérgio Valentim	Secretaria da Saúde
Cristiane L. Cortez	FECOMERCIO

1. Abertura. O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-CBH-AT, e Prefeito de Mogi das Cruzes, Marcus Vinícius de Almeida e Melo abriu a reunião constatando existência de quórum, agradecendo a presença de todos**.**

2. Leitura, discussão e votação da Ata 3ª Reunião Plenária de 2019, realizada em 24 de julho de 2019. Registrando o pronunciamento de José Lima (AEARP) que teve entendimento pela não aprovação dos projetos SABESP, mas o Vice-presidente e o Presidente esclareceram, relembrando que os empreendimentos foram aprovados, o que correu foi apenas realocação de valores entre os recursos da compensação financeira FEHIDRO e os recursos da cobrança pelo uso da água.

3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia. Os expedientes são disponibilizados no site do sistema SIGRH. Amauri Pollachi, Vice-Presidente do CBHAT (APU) comunicou que representou o Comitê em duas Audiências Públicas relativas ao PL 233, tramitando na Assembleia Legislativa-ALESP, e que trata de modificações na legislação da área de proteção e recuperação de mananciais da Guarapiranga. Também comunicou que foi instalado o Grupo de Trabalho que trata da reativação dos Subcomitês de Bacia Hidrográfica.

4. Informes: I-Apresentação sobre a Fiscalização Integrada das Áreas de Mananciais, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA). O inteiro teor desta apresentação, assim como demais temas de toda a reunião estão registrados em notas de taquigrafia. Eduardo Trani, Subsecretário de Meio ambiente,

apresentou, em síntese, listou em histórico as diversas operações e ações de fiscalização nos mananciais. Os municípios envolvidos, e que compõe o Comitê, sempre solicitam convênios específicos para a fiscalização, dizendo "fizemos recentemente, em 2017, uma operação integrada da defesa das águas no município de São Paulo, e agora temos feito trabalhos na linha da participação integrada contando com os órgãos da Secretaria de Segurança pública, Energia e Saneamento, SABESP e EMAE, com duas sedes, 1 na Guarapiranga em São Paulo e a outra na Billings em São Bernardo do Campo. A situação atual, a nova estrutura da SIMA em realinhamento entre atores internos do sistema para a formação dos Gfis conforme leis específicas das APRMS, trabalhando fundamentalmente com os órgãos apoiadores CETESB, EMAE, DAEE e a SABESP", sendo importante discutirem no Comitê a inclusão do SGI-Sistema de Gerenciamento de Informações. Das ações recentes, a Resolução SMA nº 028/2018 promoveu maior articulação para as ações nas APRMs, atualmente com necessidade de retificação para se adaptar aos novos integrantes da SIMA. Trabalharam com divulgação massiva na elaboração de banners e folhetos com ações de planejamento e controle de ocupações nas APRMs. A formação do Grupo de fiscalização integrada, com 09 municípios inicialmente na bacia Guarapiranga, e ações de fiscalização integrada no Alto Juqueri, no início de 2018, com boa participação dos municípios de Mairiporã, Franco da Rocha, Caieiras e Cajamar. Participação conjunta da CFB-Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade e Polícia ambiental em ações de fiscalização junto à

prefeitura de São Bernardo do Campo, além do planejamento das ações de fiscalização na região do Alto Juqueri Cantareira, como também a criação de grupo Whatsapp com os integrantes dos municípios, em especial Mairiporã, Condema e órgãos do estado CFB, Cetesb e CPLA. A partir do evento em Mogi das Cruzes, "ambiente móvel" em junho de 2018, teve início a formação do grupo de fiscalização integrada com os municípios da região do Alto Tietê Cabeceiras, fortalecido pelo CONDEMAT e o município de Suzano. Capacitação na Secretaria dos integrantes dos segmentos dos órgãos municipais e de membros do segmento da sociedade civil do Comitê, para uso da ferramenta Datageo. Também foram instituídos procedimento para apreensão de equipamentos e maquinários empregados para conter as infrações ambientais, pela Resolução SMA nº 073/2017 a cargo da Coordenadoria de Biodiversidade, trabalhando na inibição desses crimes, o que deve ser utilizado de forma ainda mais intensiva. Passando para as ações na APRM Alto Tietê Cabeceiras em julho de 2018, no município de Suzano, ocorreu um encontro para planejamento das ações de fiscalização integrada na região, ações conjuntas na região com o Programa de estado Município Verde e Azul. As perspectivas são para a identificação da melhor modelagem jurídica instituindo procedimentos de atuação do Gfis nas APRMs, conforme as Leis Específicas, envolvendo os diversos órgãos de estado, CETESB, SIMA/Gabinete, EMAE, DAEE, PAMB, CFB e CPLA. Desenvolvimento em curso do sistema de proteção ambiental integrado-SIPAI com módulo específico para cadastro de ocorrências dos municípios com o

objetivo de monitoramento das APRMs e gestão compartilhada das ações de fiscalização. E a captação de recursos FEHIDRO do Comitê para execução de projetos que visam fortalecimento das ações nas APRMs. Pelas considerações da plenária, em síntese, José Roberto Terassi (ACISE) disse que a fiscalização é um problema muito delicado, e sério, e também seria necessário discutir um novo modelo de fiscalização, pois o atual modelo apresenta problemas de toda a ordem. Apontou para necessidade de valorizar áreas vazias trazendo para seus proprietários algo como uma função de fiscal, para até mesmo, às vezes, executarem em conjunto ações contra as ocupações irregulares. Luciana (UFABC) ressaltou a necessidade dos recursos humanos para realização de ações na fiscalização integrada. José Lima (AEARP) disse sobre existência do que denominou “indústria da ocupação irregular” com loteamentos na região do Guaió e, portanto, a necessidade do Comitê regulamentar também aquela região. Murilo Valle (P.M de Santo André) disse da necessidade da realização de bons diagnósticos para, na sequência, apresentarem as soluções, inclusive o aproveitamento dos bons trabalhos já em execução e existentes no âmbito dos municípios. Amauri Pollachi lembrou a experiência dos bons programas do passado como o SOS Mananciais e suas experiências exitosas na fiscalização integrada, porém o processo de ocupação é acelerado e intenso, e citou o exemplo da Guarapiranga, portanto se trata de um desafio não só para o Comitê como para a sociedade em geral. Disse "tem que ter uma concepção de ações sistêmicas em cima da eficácia e eu não vi a eficácia como objetivo claro nesse processo,

são uma série de ações pontuais sem visão sistêmica, então agregar no projeto algo para a qualidade das águas e, que tem a ver com a fiscalização. [...] temos que ver o papel da Polícia ambiental nesse trabalho, porque muitas vezes ela não pode entrar para fazer a fiscalização em área de mananciais, então o sistema de gerenciamento de informações é fundamental é papel desse Comitê, [...] a proposta de fiscalização integrada envolvendo cada município está na ação, e como aquele programa que foi desenvolvido, era o seguinte, reunia os municípios identificando suas necessidades, viaturas, GPS, equipamentos, junto com a capacitação dos funcionários das Prefeituras do quadro permanente e não do quadro temporário [...] então era uma proposta de visão sistêmica sim, e o que estamos vendo aqui, com todo apreço pelo papel e atuação, mas um projeto sem visão sistêmica, com uma série de ações pontuais desintegradas, e precisamos de fiscalização integrada, [...] vamos trabalhar juntos, e esse Comitê pode trabalhar isso, esmiuçar, recomendando alterações nos planos e projetos setoriais." Leandro Henrique F. Leme (Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo) disse, "Acho produtiva essa discussão e, para poder dar uma melhoria nessa fiscalização, então o meu objetivo é promover o debate como está sendo feito o debate aqui travado. O mais importante é dizer que estou à disposição para receber subsídios e ideias que vocês tenham para implementação de melhorias. Receber as ideias para justamente propor as melhorias no sistema de fiscalização e de alguma maneira contribuir para trazer melhorias para o sistema de gerenciamento ambiental." Eduardo Trani

disse que apresentaram ações justamente na tentativa de buscar solução, e, "o primeiro grande problema de origem é termos efetiva ação com todos os municípios, todos buscando recursos e não é simples resolver o sistema integrado. O que estamos propondo é efetivamente criar o Grupo de Fiscalização Integrada, estamos começando a trabalhar nisso, estamos tendo apoio e montando dois Grupos de fiscalização integrada, e claramente sabemos, minha colega da Universidade sabe disso, os recursos humanos são limitados, obviamente, e a Polícia Ambiental tem tido uma ação bastante produtiva, quando solicitada, [...] estamos trabalhando com a ideia de um sistema de inteligência, e vou pedir para o Coordenador falar, alguns trabalhos que estão sendo feitos, mas temos enormes dificuldades, e concordo com o Amauri, na visão sistêmica de trabalharmos com todos os municípios e temos que achar os modelos, para o estado estabelecer esse status nos Grupos de fiscalização integrada. Isso que eu trouxe é para contribuir para o debate, não é a solução, a saída, não dá para ser uma saída única, tem que ter situações setoriais. E na apresentação do Coordenador do Grupo Fiscalização, dizendo que na Secretaria sempre estiveram receptivos às iniciativas dos municípios, guardadas as suas áreas, para a fiscalização integrada. Que isso funciona porque as competências são múltiplas, como a Polícia que tem suas atribuições próprias e há também o respaldo jurídico, assim como apoio de campo. O Presidente disse da necessidade de estabelecer um sistema único para integrar as ações e que também trabalham fortemente na fiscalização com o

próprio CONDEMAT na subbacia do Alto Tietê Cabeceiras, e solicitou a necessidade de encaminhar a possibilidade de recursos aos municípios para a fiscalização com apoio para a capacitação nos municípios. Eduardo Trani disse, "sugestão absolutamente acatada e temos feito treinamentos conjuntos com os municípios, nossa equipe está preparada e tem feito isso, poderemos fazer isso sem dúvida nenhuma" e, para tanto, solicitou apoio da FABHAT. Solange Wuo Ribeiro (P.M de Salesópolis) disse que realizaram trabalho patrocinado pelo GAEMA-Ministério Público, "é uma discussão ampla, e eu acho que o que o Amauri falou é muito importante, não se trata só de prestar informações no Comitê, temos que construir conjuntamente, e agora com a FABHAT como braço executivo do Comitê. [...] tem esse grupo que já está discutindo a implantação dos Subcomitês, então que utilize os fóruns da região que já temos para discutir o tema e realmente estabelecer essa sistematização na hora da competência da fiscalização."

Item II-Decreto no 10.000 de 03 de setembro de 2019. O Vice-Presidente se pronunciou sobre a necessidade do Comitê se manifestar acerca do Decreto Federal 10.000, de 3 de setembro de 2019, que dispõe sobre a nova composição no CNRH, que mostrou ser uma configuração como parte de um processo de retirada de direitos civis gerais a que a sociedade como um todo está sendo submetida, e destacou que o Comitê não pode compactuar com tais atitudes, sendo importante que o sistema de recursos hídricos paulista se faça ouvir contrariamente a tal tentativa de redução e restrição do movimento

democrático no que diz respeito à participação social, sendo possível até mesmo propor Moção, como possivelmente deve ocorrer em outubro pelo Encontro dos Comitês de Bacia-ENCOB.

Deliberações.

5.1 Deliberação CBH-AT nº 78 Aprovação do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Beatriz Gonçalves Vilera (FABHAT) apresentou, em síntese, o Relatório 2019 ano base 2018, é instrumento de gestão para avaliação da eficácia do Plano de Bacia, elaborado a partir do envio dos dados pela Coordenadoria-CRHi, que compilado os dados e disponibiliza para os CBHs. O Relatório foi elaborado pela versão simplificada, contendo capítulos que abordam diversos aspectos como Metodologia, Características Gerais da Bacia, Quadro Síntese dos Indicadores, Avaliação da Gestão do Comitê e Orientações para Gestão. Utilizaram os indicadores de Disponibilidade, demanda e balanço hídrico; Abastecimento de água; Esgotamento sanitário; Manejo de resíduos sólidos; Drenagem de águas pluviais; Qualidade das águas e Áreas contaminadas. Na qualidade das águas superficiais foi apontada a conclusão da segunda fase das obras de ampliação da ETE Barueri, os investimentos em saneamento na subbacia do Zavuvus, afluente do Pinheiros, o trecho superior do rio Pinheiros apresentou uma melhora, atingindo qualidade regular em Pedreira. No capítulo da Conclusão e orientações para a gestão, pela demanda da Câmara técnica incluíram as ações de Indicadores de atendimento urbano de água e resíduos

sólidos apresentam índices satisfatórios, com casos específicos que demandam atenção; Os indicadores de perdas, esgotamento sanitário e drenagem apontam situação crítica e o CBH-AT deve priorizar os investimentos nos PDCs 3, 5 e 7; Municípios localizados em áreas de mananciais também foram classificados com índices de coleta e tratamento de esgoto ruim e verificar junto à CRHi outros indicadores, pois alguns não refletem a realidade da bacia. No tema das águas superficiais, o reenquadramento do ribeirão Vermelho, localizado na subbacia Pinheiros-Pirapora de classe 4 para 3 como sugestão e também que as Câmaras Técnicas de Planejamento e Articulação e de Monitoramento Hidrológico iniciem análise e a discussão do reenquadramento. Sugere que o Comitê e FABHAT induzam ou promovam a realização de eventos com os municípios e concessionárias de saneamento visando a diminuição da inconsistência de alguns dados para não haver tanta disparidade. Roberto Terassi disse que pelos dados apresentados havia uma distância muito grande entre o que ocorre de fato nos municípios que integram a bacia, citando o exemplo de disparidade na questão dos resíduos sólidos conforme debatido em reunião recente entre os Prefeitos da região e que compõem o Subcomitê Cotia-Guarapiranga, disse "peço que o Relatório seja submetido ao Secretário e aos Prefeitos dos municípios que fazem parte, como atores principais da bacia, porque ninguém vive no estado, vivemos nos municípios onde encontramos todos problemas do dia-a-dia. [...] então estamos tomando tempo de cada um de nós aqui para na verdade apresentar

um jornal que não tem a verdadeira situação, e o pior de tudo, que não tem reciprocidade dos municípios." Jumara Bocatto (P.M de Embu Guaçu) parabenizou o trabalho e disse "nossa Prefeita faz solicitação para que a cobrança do uso da água e do FEHIDRO estejam em cada Subcomitê para atuarmos em conjunto, e inclusive consigo ver a fiscalização integrada conforme está sendo tratado pela RMSP com várias atividades, por exemplo precisamos de capacitação e recursos, então por que não fazer projeto para uma região? [...] queremos garantir água protegida em quantidade e qualidade, temos que repensar os PDCs, e a política de uso e ocupação do solo e das demandas que a Prefeita entregou para o Comitê." Daniel T. Lima (P.M de Mogi das Cruzes) também parabenizou os trabalhos e solicitou ação para investigar as áreas contaminadas na bacia do Alto Tietê com a inclusão do SubPDC 1.7. Gerson Salviano (IPT) parabenizou a equipe da FABHAT pela execução do trabalho e disse que eventuais aprimoramentos logicamente sempre existem, devendo ser considerados para o próximo Relatório. Laura Stela (SIMA) lembrou que o Relatório de Situação segue um modelo definido pelo Sistema de recursos hídricos ao qual o Comitê deve obedecer e "se queremos outro tipo de relatório o Comitê tem que trabalhar em outro tipo de Relatório contemplando todos integrantes do Comitê." Maria Emília Botelho (CETESB) disse que os três segmentos do Comitê anteriormente tiveram a oportunidades de apresentar suas contribuições para o Relatório, e também na elaboração tiveram o cuidado de providenciar para alguns temas serem tratados, no próximo

Relatório. Hélio Suleiman, Diretor Presidente da FABHAT, disse sobre a importância dos instrumentos de gestão "conversarem entre si", e que os números apresentados "não são criados por nós, são os municípios que entram em uma plataforma informando a instituição, e a CRHi compila essas informações e nos repassa, mas não criamos essas informações, isso é posto. Tanto que foi colocado em uma das falas aqui, a necessidade de uma melhoria de capacitação para que os municípios tenham números mais adequados, refinado essas colocações." Solange Wuo também solicitou inclusão do subPDC 1.7 "porque estamos tendo problemas também com relação às águas subterrâneas e na fonte de poluição das águas, precisamos de estudos." O Presidente colocou em votação e a Deliberação foi aprovada, com 1 voto contrário (ACISE).

5.2 Deliberação CBH-AT nº 79, Aprovação do Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do rio Tietê. O Anexo 1 da Deliberação detalha as ações previstas, visando formalização de propostas de ações a serem executadas regionalmente pelos comitês integrantes de cada uma das sete divisões estabelecidas pelo PERH 2004-2007, dentre as quais a bacia hidrográfica do rio Tietê; considerando o estágio atual e as demandas das UGRHIs que a compõem de forma integrada elaboradas principalmente a partir do ano de 2016, pela apresentação de propostas de ações conjuntas dos Comitês que abrangem o rio Tietê e, conforme reuniões e entendimentos entre as Secretarias Executivas dos Comitês de bacias envolvidos, no objetivo de iniciar a discussão sobre as

possibilidades de estruturação para atuação integrada, com foco no aprimoramento da gestão. Foram realizados mais três encontros, em 19/10/2018, 18/12/2018 e 13/02/2019, que culminaram na aprovação de um Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do rio Tietê, constituído pela sistematização de ações consideradas prioritárias para a integração da atuação dos referidos colegiados mediante apresentação na reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação-CTPA em 20/08/2019, que apreciou e aprovou o Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do rio Tietê, sugerindo aprovação da Deliberação com o respectivo Plano de Ações para o rio Tietê, recomendando execução das ações previstas para cada eixo, buscando também parcerias e outras fontes de recursos financeiros além do Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FEHIDRO e da Cobrança pelo uso da água, assim como incluir ações no Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. O Presidente colocou em votação, incluindo entendimento no Anexo 1 da Deliberação pelo Eixo 3-Integração dos mecanismos de gestão ação discutir a possibilidade de implantação de agências de bacia-Conhecer, debater e avaliar, realizando os estudos necessários, as possibilidades de implantação de agências na bacia do Tietê. A Deliberação foi aprovada, com 1 voto contrário pela entidade ACISE que solicitou registrar, o Comitê cumpriu sua função ao aprovar as Leis Específicas na subbacias chegando então o momento de os Subcomitês realizarem a gestão de forma independente nas respectivas subbacias.

5.3 Deliberação CBH-AT nº 80, que Dispõe sobre alterações da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico-CTMH. Deliberação aprovada por 31 votos, com 1 abstenção. Também foi solicitado incluir a participação das entidades comerciais e de serviços; constar no texto a quantidade de membros participantes sendo sugerido 8 representantes, proporcionalmente aos segmentos, e para que até a próxima plenária seja especificado os municípios participantes.

5.4 Deliberação CBH-AT nº 81, Aprova a Indicação de empreendimentos FEHIDRO 2019, em segunda chamada. Pela proposta apresentada o Vice-Presidente registrou a importância da inversão dos projetos contemplando a fiscalização integrada pela CFB nos recursos da cobrança e os da P.M Carapicuíba para os recursos da compensação financeira, sendo que a legislação pertinente é explícita para gerar recursos em área de mananciais, portanto não haveria problema nenhum na reclassificação, não se tratando de transferência para outra bacia. Terassi disse que os recursos estavam sendo destinados fora de sua finalidade, e expôs parte das dificuldades que os municípios têm que enfrentar, para de fato colocar em prática a fiscalização dos mananciais, principalmente devido à falta de recursos, "mais uma vez somos literalmente contrários, os Subcomitês não recebem absolutamente nada e na pauta para frente vamos apresentar as dificuldades para apresentar projetos e vejo que está chegando a hora de dar um basta nesse aproveitamento do dinheiro público." Luciana (UFABC) parabenizou o trabalho e disse sobre a importância de contemplarem projetos com inovação. Camila também se

posicionou favoravelmente à tecnologia de inovação, mas esclareceu que em um projeto foi constatado, por um diagnóstico que já havia sobre o local, que a alternativa técnica mais inovadora não seria viável, principalmente pelas condições topográficas. Laura Stela esclareceu que "a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade é a Coordenadoria da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente que trata da fiscalização ambiental e é responsável pela fiscalização integrada em APRM. A Deliberação foi aprovada.

5.5 Deliberação CBH-AT nº 82, que aprova critérios para análise e hierarquização para empreendimentos FEHIDRO 2019 em terceira chamada. A Deliberação foi aprovada por maioria com as alterações (i) Artigo 1º fica indicado o montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões) para financiamento; (ii) exclusão do item II da Minuta da Deliberação referente à capacitação; (iii) Quadro I - Ações relacionadas ao PBHAT inclusão do subPDC 1.7 Monitoramento de cargas difusas de poluição, transporte de sedimentos, batimetria e qualidade de sedimentos.

5.6 Deliberação CBH-AT nº 83, que aprova a Nota Técnica sobre o Projeto de Lei n° 233/2018. Considerou-se que uma das grandes discussões do PL 233/18 estava na proposta de alteração do marco temporal, após amplo debate no plenário com diversas participações, cujo inteiro teor se encontra nas notas taquigráficas, o Presidente colocou primeiramente em votação a definição do marco temporal, e foi aprovado por maioria, 19 votos, o entendimento da CETESB em conformidade com a legislação federal nº 13.465 como data referencial 2016 e, na sequência a Deliberação foi aprovada, 19 votos a favor, 1

contrário e 3 abstenções.

Terassi reconsiderou seu voto pela Deliberação anterior, pois foi contrário por não ter conhecimento sobre a mudança da nomenclatura do órgão CBF, disse "já fui informado e sou totalmente favorável."

5.7 Deliberação CBH-AT nº 84, que aprova o parecer técnico sobre o EIA/RIMA para implantação do acesso rodoviário. A Deliberação foi aprovada com 1 abstenção, recomendando, pelo Item 3.1. Que sejam apresentados à CETESB quando da solicitação da Licença de Instalação, os seguintes documentos: (i) O detalhamento dos planos e programas ambientais relacionados no EIA/RIMA; (ii) O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais na região sob sua influência; (iii) O Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil para o período de obras, com ênfase para a proteção dos corpos d'água. 3.2. Que as compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas preferencialmente à aplicação nas unidades de conservação situadas na sub-região Juqueri-Cantareira; 3.3. Que sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres; 3.4. Que durante a implantação seja adotado e praticado um Plano de Prevenção e Controle dos Processos Erosivos e transporte dos sedimentos resultantes desses processos. Pelo Item Outros Assuntos, em síntese, Hélio S. comunicou que o Comitê participará do XXI Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas, a ser realizado em Foz do Iguaçu-PR, no mês de outubro, onde também deverá ser abordada a questão do Decreto No. 10.000 de 03 de setembro de 2019,

conforme debatido no início da reunião.

Tendo sido cumprida a pauta e não havendo mais assuntos o Presidente e Prefeito de Mogi das Cruzes, Marcus Vinícius de Almeida e Melo, agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião. Esta Ata é resumo dos registros das notas taquigráficas que compõe a Ata completa contendo o inteiro teor desta reunião e foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina, com revisão da Secretaria Executiva do CBH-AT.

Marcus Vinícius de Almeida e Melo
Presidente do CBH-AT

Luiz Fernando Carneseca
Secretário Executivo do CBH-AT